

TERMO DE ANÁLISE E ATESTADO DE CREDENCIAMENTO DO ADMINISTRADOR OU GESTOR DE FUNDOS DE INVESTIMENTO				
Número do Termo de Análise de Credenciamento		63/2023		
Número do Processo (Nº protocolo ou processo)		2023.A.03244		
<b>I - DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS</b>				
Ente Federativo	Governo do Estado do Amazonas		CNPJ	04.312.369/0001-90
Unidade Gestora do RPPS	Fundação Amazonprev		CNPJ	04.986.163/0001-46
<b>II - DA INSTITUIÇÃO A SER CREDENCIADA</b>		<b>ADMINISTRADOR</b>	<b>GESTOR</b>	<b>x</b>
Razão Social	Pátria Investimentos Ltda.		CNPJ	12.461.756/0001-17
Endereço	Avenida Cidade Jardim, 803, 8º andar, Itaim Bibi, CEP 01453-000, São Paulo - SP, Brasil.		Data Constituição	03 de agosto de 2010
E-mail (s)	compliance@patria.com		Telefone (s)	(11) 3039-9000
Data do registro na CVM	12/07/2011	Categoria (s)	Gestor	
Data do registro no BACEN		Categoria (s)		
Principais contatos com RPPS		Cargo	E-mail	Telefone
Rachel Melki		Sales Institucional	rachel.melki@patria.com	21 9 8188 8787
Lauter Ferreira		Head Distribuição Institucional - RPPS	lauter.pereira@patria.com.br	(63) 99253-6482
<b>A instituição atende ao previsto nos incisos I e II do § 2º art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021?</b>				
		Sim	x	Não
<b>A instituição está livre de registros de suspensão ou de inabilitação na CVM ou outro órgão competente?</b>				
		Sim	x	Não
<b>A instituição detém elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e não possui restrições que, a critério da CVM, do Banco Central do Brasil ou de outros órgãos competentes, desaconselhem um relacionamento seguro?</b>				
		Sim	x	Não
<b>Os profissionais diretamente relacionados à gestão de ativos de terceiros da instituição possuem experiência mínima de 5 (cinco) anos na atividade?</b>				
		Sim	x	Não
<b>A instituição e seus principais controladores possuem adequado histórico de atuação no mercado financeiro?</b>				
		Sim	x	Não
<b>Em caso de Administrador de fundo de investimento, este detém no máximo 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração oriundos de regimes próprios de previdência social?</b>				
		Sim	n/a	Não
<b>III - DAS CLASSES DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM QUE A INSTITUIÇÃO ESTÁ SENDO CREDENCIADA:</b>				
	Art. 7º, I, "b"		Art. 8º, II	
	Art. 7º, I, "c"		Art. 9º, I	
	Art. 7º, III, "a"		Art. 9º, II	
	Art. 7º, III, "b"		Art. 9º, III	
	Art. 7º, IV		Art. 10, I	
	Art. 7º, V, "a"		Art. 10, II	
	Art. 7º, V, "b"		Art. 10, III	
	Art. 7º, V, "c"		Art. 11	
	Art. 8º, I			
<b>IV - FUNDOS ADMINISTRADOS/GERIDOS PELA INSTITUIÇÃO PARA FUTURA DECISÃO DE INVESTIMENTOS:</b>		CNPJ	Data da Análise	
PÁTRIA PRIVATE EQUITY VII ADVISORY FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA		43.120.902/0001-74		
<b>V - DA ANÁLISE DA INSTITUIÇÃO OBJETO DE CREDENCIAMENTO</b>				
Estrutura da Instituição	O capital social do Pátria é detido 100% pela Patria Investments Ltd., empresa sediada nas Ilhas Cayman, inscrita no CNPJ sob o nº 08.982.765/0001-86. Vale ressaltar que a Patria Investments Ltd. se tornou uma empresa de capital aberto, conduzindo sua oferta pública inicial (IPO) na Nasdaq em janeiro de 2021.			
Segregação de Atividades	Cada área de atuação da empresa conta com equipe totalmente dedicada à sua atividade, trabalhando em ambientes segregados fisicamente (acesso mediante crachás restritivos à respectiva área de atuação) e eletronicamente (ambiente de rede segregado e sem permissão de acesso entre áreas). Maiores detalhes acerca da segregação de informações podem ser encontrados no Código de Ética e Regras de Conduta e Manual de Compliance.			
Qualificação do corpo técnico	O Pátria busca investir na formação e desenvolvimento de funcionários internamente. O desenvolvimento de conhecimento específico sobre os fundos e o processo de investimentos da casa é valorizado e reconhecido. Assim, os novos funcionários da área recebem treinamento específico sobre a operação dos fundos dos seus pares diretos, além de orientações dos demais colegas da área. Adicionalmente, o RH prove a plataforma online de treinamentos, o Patria Campus, conforme descrito no item 4.2 (DDQ Anbima). Além disso, existe política de certificação continuada dos profissionais, conforme exigido no Código de Certificação da ANBIMA.			
Histórico e experiência de atuação	O Pátria Investimentos é um dos líderes em gestão de ativos alternativos na América Latina, com mais de 30 anos de experiência em Private Equity Infraestrutura, Real Estate e Crédito. Atualmente, o Pátria possui dez escritórios em alguns dos principais centros financeiros do mundo			
Principais Categorias e Fundos ofertados	Private Equity, Infraestrutura, Real Estate e Crédito.			
Avaliação dos riscos assumidos pelos fundos sob sua administração/gestão	N/A			
Verificação de informações sobre conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e restrições que desaconselham um relacionamento seguro	N/A			



Regularidade Fiscal e Previdenciária	N/A
Volume de recursos sob administração/gestão	R\$ 51,1 bilhões sob custódia
Avaliação da rentabilidade dos fundos sob sua administração/gestão	N/A
Embasamento em formulários de diligência previstos em códigos de autorregulação relativos à administração de recursos de terceiros	N/A
Outros critérios de análise	N/A

<b>VI - DO PARECER FINAL SOBRE A INSTITUIÇÃO:</b>
Conforme Parecer COMIV nº. 080/2023, todos os critérios definidos no Edital de Credenciamento, foram atendidos pela instituição, Aprovado pela Diretoria em 11/05/2023

Local:		Data	
<b>VIII - RESPONSÁVEIS PELO CREDENCIAMENTO:</b>			
	Cargo	CPF	Assinatura
Alan Nascimento	Coordenador	xxx.xxx.xxx-00	Assinado Eletronicamente

Documento Assinado por: ALAN CYNARA B NASCIMENTO em 05/09/2023 10:55:54  
Documento Assinado por: MARIA NEBLINA MARAES em 11/09/2023 10:22:27

Documento assinado eletronicamente 365099/2023  
AMAZONPREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS  
Acesse: <https://www.portaldosegurado.am.gov.br/validar>  
e valide o código: MzY1MDk5



**CRENCIAMENTO DE ADMINISTRADOR OU GESTOR DE FUNDO DE INVESTIMENTO**

Nos termos do inciso VI, § 1º, art. 1º da Resolução CMN nº 4.963/21, os responsáveis pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) deverão realizar o prévio credenciamento das instituições administradoras e gestoras dos fundos de investimento em que serão aplicados os recursos. O § 3º do art. 1º da Resolução dispõe que credenciamento deverá observar, dentre outros critérios, o histórico e a experiência de atuação, o volume de recursos sob a gestão e administração da instituição, a solidez patrimonial, a exposição a risco reputacional, padrão ético de conduta e aderência da rentabilidade a indicadores de desempenho. Os parâmetros para credenciamento estão previstos nos arts. 103 a 106 da Portaria MTP nº 1.467/22, sendo que o art. 106, IV, dispõe que "A conclusão da análise das informações e da verificação dos requisitos estabelecidos para o credenciamento deverá ser registrada em Termo de Credenciamento, devendo, dentre outros aspectos colocados no dispositivo, ser instruído com os documentos previstos na instrução de preenchimento do modelo disponibilizado na página da Previdência Social na Internet".

A Resolução CMN nº 4.963/2021 (inciso I, § 2º, do art. 21) manteve a exigência das aplicações de recursos dos RPPS serem realizadas apenas em fundos de investimento em que o administrador ou gestor do fundo seja instituição autorizada a funcionar pelo BACEN, obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos das Resoluções CMN nº 4.910, de 27 de maio de 2021, e nº 4.557, de 23 fevereiro de 2017, respectivamente. Além disso, as pessoas jurídicas deverão ser registradas como administradores de carteiras de valores mobiliários (nos termos da Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021).

Na prática do mercado, essas condições estão mais relacionadas aos administradores dos fundos de investimento, aos quais, adicionalmente ao requisito dos comitês de auditoria e de riscos, os recursos oriundos de RPPS sob sua administração devem representar no máximo 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração (inciso II, § 2º, Art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021), com o objetivo de que os administradores elegíveis apresentem maior diversificação de seu campo de atuação e evidenciem reconhecida confiança e competência na administração de recursos de terceiros pelo mercado.

Vale lembrar que por meio do Ofício Circular Conjunto nº 2/2018/CVM/SIN/SPREV, a SPREV e a CVM já orientaram os gestores de RPPS e prestadores de serviço dos fundos sobre a aplicação desses critérios, com a divulgação de lista das instituições que atendem aos requisitos dos incisos I e II do § 2º e § 8º do art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021, divulgada no sítio da internet da SPREV. A lista foi confeccionada com base nas informações repassadas pelo BACEN e refere-se às instituições registradas pela CVM nos termos da Resolução 21, de 25/02/2021.

Considerando que o objetivo do CMN, ao incluir esses requisitos para as aplicações dos RPPS, buscou conferir maior proteção e segurança a essas alocações, sem prejudicar a rentabilidade, os custos e a sua transparência, e que a lista das instituições que atendem aos critérios previstos nos incisos I do § 2º do art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021, divulgada pela SPREV, é taxativa, entendeu-se que, a princípio, poder-se-ia aplicar as todas as instituições que operam com os RPPS um modelo mais simplificado de Termo de Análise de Credenciamento. A utilização desse modelo não afasta a responsabilidade dos dirigentes do RPPS pela criteriosa análise do fundo de investimento que receberá os recursos do RPPS, tendo em vista que a própria Resolução CMN e a Portaria MTP nº 1.467/22 tratam dos critérios mínimos de análise que devem ser observados na seleção de ativos.

Nesse contexto, a Resolução CMN nº 4.963/2021, em seu art. 1º, § 5º, destaca que são incluídas no rol de responsáveis pela gestão do RPPS na medida de suas atribuições, os gestores, dirigentes e membros dos conselhos e órgãos colegiados de deliberação, de fiscalização ou do comitê de investimentos do regime próprio de previdência social, os consultores e outros profissionais que participem do processo de análise, de assessoramento e decisório sobre a aplicação dos recursos do regime próprio de previdência social, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada e os agentes que participam da distribuição, intermediação e administração dos ativos aplicados por esses regimes. O RPPS tem o dever de monitorar periodicamente os prestadores de serviços, avaliando suas capacidades técnicas e prevenindo potenciais conflitos de interesses na relação, em linha com o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º, do art. 24, da Resolução CMN nº 4.963/2021.

Por fim, o art. 8-A, da Lei 9.717/1998, norma que adquiriu status de Lei Complementar após a Emenda Constitucional nº 103/2019, deixa claro que os dirigentes do ente federativo instituidor do regime próprio de previdência social e da unidade gestora do regime e os demais responsáveis pelas ações de investimento e aplicação dos recursos previdenciários, inclusive os consultores, os distribuidores, a instituição financeira administradora da carteira, o fundo de investimentos que tenha recebido os recursos e seus gestores e administradores serão solidariamente responsáveis, na medida de sua participação, pelo ressarcimento dos prejuízos decorrentes de aplicação em desacordo com a legislação vigente a que tiverem dado causa.

Além dos princípios, requisitos e limites previstos na Resolução do CMN, devem ser permanentemente observados os parâmetros gerais da gestão dos investimentos previstos na Portaria MTP nº 1.467/2022, em especial o disposto em seus arts. 86, 87 e 103 a 124.

A título de orientação, no Termo de Credenciamento estão destacados na cor branca os campos que necessitam de preenchimento por parte da Unidade Gestora do RPPS.

Ciente.

Assinatura do Dirigente da Unidade Gestora, com firma reconhecida ou disponibilizada no endereço eletrônico na rede mundial de computadores

Assinatura do Gestor de Recursos do RPPS, com firma reconhecida ou disponibilizada no endereço eletrônico na rede mundial de computadores

DocuSigned by:

*Paulo Cirulli*

4450E3C926A14C9...

Paulo Eduardo de Freitas Cirulli

Diretor de Compliance, Regulatório e Governança do Grupo Pátria

Documento Assinado por: ALAN CYNARA B NASCIMENTO em 05/09/2023 10:55:54  
Documento Assinado por: MARIA NEBLINA MARAES em 11/09/2023 10:22:27

Documento assinado eletronicamente 365099/2023  
AMAZONPREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS  
Acesse: <https://www.portaldosegurado.am.gov.br/validar>  
e valide o código: MzY1MDK5

